



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2017

4º EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Secretaria Municipal de Planejamento Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final da seleção Pública nº 004/2017 destinado à contratação de profissionais para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e suprir as carências existentes nas Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social **CONVOCA** os candidatos classificados no anexo I deste edital, observadas as seguintes condições:

1. **DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS**

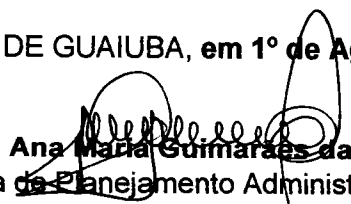
Os candidatos relacionados no anexo I do presente edital deverão comparecer, ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaiuba, situada á **Rua Pedro Augusto, nº 53, Centro, Guaiuba, Ceará** pessoalmente, ou por intermédio de procurador, mediante procuração pública ou particular com firma reconhecida em cartório no período de 1º a 04 de Agosto de 2017, no horário de 8:00 as 14:00 horas para entrega da documentação exigida no item 11.0 do referido Edital de Seleção, a saber:

- a) Carteira de Identidade;
- b) CPF;
- c) Título de Eleitor;
- d) Comprovante da última eleição;
- e) Certificado de Reservista (sexo masculino);
- f) PIS/PASEP;
- g) Comprovante de endereço atualizado, em nome do candidato;
- h) Diploma de conclusão do curso, objeto do Processo Seletivo;
- i) Na falta do Diploma, aceitar-se-á cópia de certidões de conclusão de curso;
- j) Carteira do Conselho de Classe;
- k) Laudo médico de aptidão física;
- l) Laudo medico de aptidão psíquica emitido por profissional habilitado;
- m) Conta aberta no Banco do Brasil.

1.1 Não serão recebidos documentos de forma parcial sendo que a falta de qualquer documento constante no anexo II acarretará o não cumprimento da exigência prevista no edital.

1.2 O não comparecimento para a entrega da documentação e exames no prazo legal implicará na renuncia tácita do classificado convocado e, conseqüentemente, a perda do direito a contratação temporária para a função o qual foi classificado, podendo o município de Guaiuba convocar o candidato imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA, em 1º de Agosto de 2017.

  
Ana Maria Guimarães da Costa  
Secretária de Planejamento Administração e Finanças



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA

ANEXO I  
LISTA DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICAVEIS NA SELEÇÃO  
SIMPLIFICADA Nº 004/2017.

Processo Seletivo: Função Pública Assistente Social (ASS4)

ORD	INSC	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
1.	0017	Patrícia Emmanuelle Melo Almeida Muniz	3º



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍÚBA

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o nº. \_\_\_\_\_, DECLARO, nos termos da Lei, que até a presente data:

Não possuo bens a declarar.

Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

GUAÍUBA/CE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA  
ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARO, para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço nenhum cargo, função e emprego público em quaisquer das esferas Federal, Estadual e Municipal, da Administração Pública, que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, não comprometendo, dessa forma, minha nomeação e posse para o cargo de \_\_\_\_\_, do Município de Guaiuba – Ceará.

DECLARO que não percebo proventos de aposentadoria e pensão decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o Cargo em que tomarei posse.

E por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

GUAÍUBA/CE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

(...)

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts.

42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.”